



ACÓRDÃO Nº1308/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11589/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Ailton Santos Andrade (Ordenador de Despesa), Jucimar Fonseca da Silva (Ordenador de Despesa)
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM
- 6- **Exercício:** 2017
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 642/2018-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM. Exercício de 2017.

Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acatou em sessão o Voto-Destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Jucimar Fonseca da Silva**, Diretor-Presidente do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, no período de **02/01 à 14/08/2017**, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Ailton Santos Andrade**, Diretor-Presidente do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, no período de **15/08 à 31/12/2017**, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;
- 10.3. **Considerar revel** o **Sr. Ailton Santos Andrade** nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 2.423/96;
- 10.4. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ailton Santos Andrade** no valor de **R\$ 13.654,39**



ACÓRDÃO Nº1308/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

(treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições elencadas na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Jucimar Fonseca da Silva no valor de R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições elencadas na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Determinar** à origem que observe as normas sobre a gestão e organização previdenciária, conforme itens de restrições elencados no Relatório da Unidade Técnica;
- 10.7. Determinar** à SECEX que oriente as próximas Comissões designadas a vistoriar o RPPS do Município de Manacapuru que verifiquem o cumprimento das determinações elencadas no voto;



ACÓRDÃO Nº1308/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.8. Determinar o encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, de acordo com o artigo 1º, XXIV, da Lei nº2423/96, em razão das irregularidades constatadas e não sanadas para a adoção de providência que entender necessárias.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Dezembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral